

**ANDIFES**

**Associação Nacional  
de Dirigentes de Instituições Federais  
de Ensino Superior**

**AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

**NOVEMBRO/1994**

**ANDIFES**

**Associação Nacional  
de Dirigentes de Instituições Federais  
de Ensino Superior**

---

**AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

---

**NOVEMBRO/1994**

## **DIRETORIA EXECUTIVA DA ANDIFES**

**Reitor Newton Lima Neto - UFSCar**

Presidente

**Reitor Éfrem de Aguiar Maranhão - UFPe**

1º Vice-Presidente

**Reitor Hélgio Henrique Casses Trindade - UFRGS**

Suplente do 1º Vice-Presidente

**Diretor Luiz Fernando Gomes Guimarães - CEFET/MG**

2º Vice-Presidente

**Diretor Nilson de Camargo Roso - FMTM**

Suplente do 2º Vice-Presidente

**Gustavo Henrique de Sousa Balduino**

Secretário Administrativo

# **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Avaliação Institucional

Brasília, ANDIFES 1994

25 p.

CDU 378 (81)

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior -  
ANDIFES

SEUP/Norte, Quadra 516, Conj. "D"

Cep: 70770-535 - Brasília-DF

Telef: (061) 272-2960

Fax: (061) 349-5774

# SUMÁRIO

<b>I - APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>pág. 3</b>
<b>II - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>pág. 4</b>
1. Fundamentação .....	pág. 4
2. Princípios .....	pág. 4
3. Objetivos .....	pág. 5
4. Características .....	pág. 5
5. Desenvolvimento .....	pág. 7
6. Indicadores Institucionais de Avaliação .....	pág. 7
<b>III - AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>pág. 9</b>
1. Aspectos Gerais .....	pág. 9
2. Metodologia .....	pág.10
3. Diagnóstico .....	pág.10
4. Avaliação Interna .....	pág.11
5. Avaliação Externa .....	pág.12
6. Roteiro Sugestivo das Etapas de Avaliação .....	pág.13
<b>IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>pág.16</b>
<b>ANEXO I - ORIENTAÇÃO QUANTO ÀS VARIÁVEIS.....</b>	<b>pág.17</b>
<b>ANEXO II - INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO.....</b>	<b>pág.20</b>
<b>ANEXO III - INDICADORES RELATIVOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>pág.23</b>
<b>COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA.....</b>	<b>pág.25</b>

## APRESENTAÇÃO

Este texto foi elaborado pela Comissão de Avaliação da ANDIFES, entre julho e outubro de 1993, como resultado das discussões nas várias reuniões preparatórias realizadas em Recife, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Instituída na Plenária de Manaus em março, combinou pela composição de seus membros experiência em avaliação com representatividade institucional. Além da presença de professores oriundos de IFES de diferentes regiões do país, foram convidados representantes dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação, Extensão, Planejamento/Administração e Pesquisa e Pós-Graduação, propiciando uma ampla base de legitimidade, enfoques e experiências sobre o complexo tema.

O documento final foi submetido à Reunião Plenária da ANDIFES, em Florianópolis, de 7-8 outubro de 1993, sendo aprovado por unanimidade pelos dirigentes da IFES. Após ter sido enviado às instituições para discussão e aperfeiçoamentos, o texto final tornou-se o projeto de referência para a avaliação institucional, com ênfase na graduação, das universidades públicas federais brasileiras. Essa decisão histórica reverteu a atitude de resistência das comunidades universitárias ao processo de avaliação, ainda negativamente marcadas pelo episódio da publicação da “lista dos improdutivos” da USP.

A avaliação, que se tornara uma prática acadêmica corrente nas Universidades européias e, inclusive, latino-americanas, tornou-se no Brasil mais fortemente uma questão política, com a tentativa neo-liberal do governo Collor de associá-la ao financiamento das universidades públicas. A rejeição, pela maioria das universidades européias continentais, do modelo inglês de avaliação permitiu que se criasse um novo espaço de elaboração conceitual e metodológica capaz de articular dados quantitativos e qualitativos, inspirando-se nas experiências holandesa, francesa e portuguesa de avaliação, a ser trabalhado em três etapas: diagnóstico, auto-avaliação e avaliação externa.

O projeto da ANDIFES - depois, também, aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação e adotado pelo conjunto das universidades brasileiras - visa um tríptico objetivo: primeiro, o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica; segundo, a melhoria do planejamento e da gestão universitária; e terceiro, a prestação de contas à sociedade que as mantém.

Ademais, a Comissão considerou, na opinião consensual de seus membros, que a conjuntura era propícia para a institucionalização do processo de avaliação, dada a disposição de parceria por parte dos dirigentes da política de educação superior do país. A conjugação, entre a auto-consciência de sua importância pelas Universidades, o compromisso do Ministro, Prof. Murílio de Avelar Hingel, de não vincular a avaliação com o financiamento das IFES e o princípio da auto-adesão das instituições ao processo, foi decisiva para a posição adotada pela ANDIFES.

A ampla adesão da maioria das instituições federais de ensino superior à Avaliação Institucional, superando as previsões as mais otimistas, e os avanços significativos da agenda da ANDIFES em outros campos cruciais, tais como Autonomia, Financiamento e Gestão Universitárias, demonstram inequivocamente a disposição dos seus Dirigentes em avançar na direção de uma universidade pública de qualidade que vem cumprindo, historicamente, um papel fundamental e insubstituível para o desenvolvimento de uma sociedade moderna e democrática.

**Prof. Héglio Trindade - Reitor da UFRGS**

Presidente da Comissão de Avaliação / ANDIFES

## II - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

### 1. FUNDAMENTAÇÃO

Reconhecida historicamente como instituição que produz e dissemina o saber voltado tanto para a busca das verdades científicas quanto para atender às necessidades básicas da sociedade, esperam-se da Universidade desempenhos conseqüentes em suas atividades-fim, capazes de garantir bom padrão de qualidade de seus serviços à sociedade. Se este pressuposto é abrangente, a natureza e a destinação prioritária desses serviços podem e devem ser discutidas, em função da organização e do estágio de desenvolvimento em que se encontra a sociedade a que serve. O processo de avaliação deve, portanto, ser o contraponto da proposta institucional desenvolvida pela IES, buscando atender a uma tríplice exigência da universidade contemporânea:

- a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- b) uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária;
- c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isto significa acompanhar metodicamente as ações a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

A educação é um bem público porque seus benefícios atingem toda a sociedade, deve por isso ser avaliada em termos da eficácia social de suas atividades, bem como em termos da eficiência de seu funcionamento. A avaliação institucional sistemática é uma maneira de se estimular o aprimoramento da realização de uma atividade, e de evitar que a rotina descaracterize objetivos e finalidades desta mesma atividade. Voltada ao aperfeiçoamento e à transformação da universidade, a avaliação significa um balanço e um processo de identificação de rumos e de valores diferentes. Seu traço distintivo é a preocupação com a qualidade, tornando-se um processo contínuo e aberto mediante o qual todos os setores da Universidade e as pessoas que os compõem participem do repensar objetivos, modos de atuação e resultados de sua atividade, em busca da melhoria da instituição como um todo. Ao lado de indicadores clássicos, de ordem quantitativa, a avaliação institucional implica dimensões qualitativas, inclusive aquelas vinculadas ao projeto acadêmico.

A avaliação não implica, evidentemente, que todas as discordâncias, dúvidas e contradições, características do cotidiano acadêmico, venham a desaparecer; ela, ao contrário, deve contribuir para revelar, preservar e estimular a pluralidade constitutiva da instituição acadêmica. Enquanto processo de atribuição de valor, a avaliação supõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamento derivados dos objetivos que orientam a constituição, desenvolvimento ou produto das ações dessa mesma realidade. Supõe, igualmente, racionalidade dos meios e utilização de aferições quantitativas.

### 2. PRINCÍPIOS

Uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica, considerando a descentralização dos procedimentos para a tomada de decisão, deve ser desenvolvida tendo em

alguns princípios básicos:

- aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

### 3. OBJETIVOS

A avaliação de desempenho da Universidade Brasileira é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade, traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

A partir deste objetivo geral da avaliação institucional é possível destacar os seguintes objetivos específicos:

1. Impulsionar um processo criativo de auto-crítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade;
2. Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se interrelacionam na Universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
3. (Re) estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistêmico e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes;
4. Repensar objetivos, modos de atuação e resultados, na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira;
5. Estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão e da gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes.

### 4. CARACTERÍSTICAS

De um modo global e específico a avaliação de uma universidade é institucional enquanto procura levar em consideração os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões - ensino

produção acadêmica, extensão e gestão - em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade. Conseqüentemente, busca-se proceder a uma análise simultânea do conjunto de dimensões relevantes ou hierarquizar cronologicamente o tratamento de cada uma delas, a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis.

Outra característica fundamental do processo de avaliação de uma instituição acadêmica é a intensa participação dos seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados, traduzidos em medidas voltadas ao aperfeiçoamento da instituição.

Se, por um lado, a avaliação desenvolvida pelos próprios agentes do processo apresenta aspectos positivos, como, por exemplo, maior nível de aprofundamento de determinadas questões, por outro lado ela é insuficiente, pois não garante a incorporação da visão daqueles cientistas e cidadãos atingidos pelas atividades acadêmicas, podendo vir a refletir uma visão corporativa. Para superar tal dificuldade a sistemática de avaliação proposta deve aliar a estratégia de avaliação interna à avaliação externa. Esta proposta possui a vantagem de combinar importantes subsídios originários da percepção e dos juízos daqueles indivíduos comprometidos com a instituição e seus resultados com o aporte de outros segmentos científicos e sociais. Tanto a auto-avaliação quanto a avaliação externa abarcam dimensões qualitativas e quantitativas de todas as atividades institucionais.

Uma outra característica a ressaltar é a integração de esforços e experiências já existentes na instituição, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio e aproveitar e incentivar experiências em andamento, no intuito de integrá-los num processo global. Salienta-se que um processo de discussão desenvolvido pelos vários segmentos da instituição universitária proporciona maior clareza acerca de aspectos institucionais e também determina maior conhecimento e compreensão da estrutura global da universidade.

Finalmente, o processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica. Assim, não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

Estas características do processo de avaliação contribuem para a construção da legitimidade política, indispensável à implementação de um projeto nacional de avaliação universitária.

A legitimidade técnica do processo depende de outros fatores:

1. metodologia: além de construir indicadores adequados, pode utilizar-se de procedimentos quantitativos e qualitativos e oferecer modelos analíticos e interpretativos apropriados aos objetivos do processo avaliativo.

2. fidedignidade da informação: a existência de uma base de dados confiáveis é também condição necessária para qualquer esforço de avaliação que se proponha. Não obstante o esforço do MEC, através da SESu e da Coordenação de Informações para o Planejamento, e do CRUB, através do SIUB (Sistema de Informações para as Universidades Brasileiras), as estatísticas existentes são, em muitos casos, ainda precárias. A ausência de um conjunto de informações institucionais e estatísticas confiáveis tem prejudicado a construção de indicadores para análise do sistema universitário. Exemplos disto são aqueles relativos a “área construída”, “produção acadêmica”, “custo por aluno” e a própria definição de aluno.

A primeira providência a ser tomada para a construção de uma boa base de dados é a de obter informações sobre as principais vantagens relativas ao ensino superior, constituindo um núcleo de dados relevantes produzidos pelas universidades a partir de critérios comuns pré-defini-

dos (vide Anexo I). São estimulados a ampliação, o detalhamento e os modos de ~~tratamento e~~ análise de tais informações, de forma a permitir interpretações qualitativamente ~~mais consistentes~~.

## **5. DESENVOLVIMENTO**

A complexidade de se empreender a avaliação global de instituição acadêmica, aliada às peculiaridades de cada uma delas, orienta a proposta no sentido de que a elaboração e a implementação de uma metodologia de avaliação para as universidades ocorram por etapas, com desenvolvimento simultâneo, interdependentes e complementares. A harmonia do processo de avaliação contempla uma dinâmica diferenciada de evolução e implantação no interior de cada instituição, assim como no sistema universitário como um todo. Considera, também, as características e finalidades do projeto institucional de cada IES.

Considerando que essa avaliação institucional envolve campos distintos como o da produção acadêmica, administração, ensino e extensão, o desenvolvimento de uma metodologia global pode iniciar-se com ênfase na área de ensino de graduação, ainda que incluindo, nos instrumentos e indicadores, aspectos relativos ao conjunto da instituição. O processo pode desenvolver-se conquistando graus de profundidade crescentes nas demais dimensões das atividades-fim da instituição, bem como em relação à gestão universitária.

A ênfase na avaliação do ensino de graduação justifica-se em função de vários fatores, destacando-se: a abrangência do universo dentro da instituição e seus grandes efeitos multiplicadores e desdobramentos na sociedade; a necessidade de se construir uma cultura institucional participativa da avaliação como instrumento permanente de aperfeiçoamento das universidades. Neste sentido, qualquer identificação e resolução de problemas nesta área, acredita-se, terá impacto imediato nas instituições e, por conseqüência, na sociedade, principalmente através da formação de pessoas que passarão a melhor desempenhar os seus papéis profissionais, técnicos ou sociais.

Além disto, outras atividades das universidades já têm alguns procedimentos avaliativos reconhecidos, como, por exemplo, a avaliação da pós-graduação e pesquisa realizada pelas instituições financiadoras, em particular a CAPES. Entretanto, estas atividades ainda não conseguiram introduzir uma sistemática global de avaliação nas instituições. Logo, não obstante a necessária ênfase na graduação, numa perspectiva de avaliação institucional, são partes integrantes do processo as demais dimensões da atividade acadêmica: ensino de pós-graduação, produção acadêmica, atividades de extensão e de gestão universitária.

Cada uma dessas dimensões - ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, assim como suas interrelações - pode ser avaliada do ponto de vista interno e externo; pode ser apreciada, também, através dos indicadores institucionais (dados dos cadastros acadêmicos) e ser contemplada em maior ou menor grau de profundidade quando da ênfase na avaliação da graduação, através, inclusive, dos efeitos das demais atividades-fim sobre este nível de ensino.

## **6. INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO**

Os indicadores globais aqui propostos buscam refletir algumas das principais

características derivadas da condição de instituição acadêmica. Referem-se, portanto, às dimensões ensino, produção acadêmica, extensão e gestão universitária. Alguns expressam apenas ordens de grandeza, como tamanho do alunado ou da área construída, outros expressam aspectos qualitativos, como a qualificação docente, e outros ainda apontam opções institucionais, como critérios de matrícula e de transferência.

Este conjunto de indicadores, considerados básicos para a construção de uma metodologia comum de avaliação global, deve ser completado, no âmbito de cada IES e no sistema como um todo, por outras informações substanciais, que não serão objeto de exame neste documento, tais como:

- 1) outras informações e indicadores que permitam análises mais aprofundadas de cada uma das dimensões e aspectos da atividade institucional;
- 2) informações contextuais que expressem aspectos como qualidade de vida no campus, interação com a comunidade social em seu entorno e com a comunidade científica;
- 3) informações acerca das atividades de extensão, de produção acadêmica e de gestão universitária.

Indicadores institucionais estão formulados no Anexo II.

### III - AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

#### 1. ASPECTOS GERAIS

A avaliação do ensino de graduação visa conhecer e dimensionar as principais características e fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem de formação de cidadãos profissionais, com a finalidade de identificar subsídios para seu aprimoramento. Situa-se, portanto, no contexto do processo global de avaliação institucional, cujos objetivos referem-se à ampliação do auto-conhecimento da instituição sobre si mesma em busca de melhor adequação ao cumprimento de suas funções científicas e sociais. A avaliação do ensino de graduação compreende a avaliação do curso enquanto globalidade e das disciplinas enquanto unidades desta globalidade. Esta avaliação envolve necessariamente a articulação de aspectos qualitativos e quantitativos das atividades acadêmicas.

As dimensões do ensino de graduação a serem avaliadas podem ser agrupadas em quatro grandes categorias:

a) fatores relativos às condições para o desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

\* condições técnicas:

- recursos humanos = docentes e técnico-administrativos

- infraestrutura = biblioteca, laboratórios, oficinas, etc.

\* condições administrativo-pedagógicas:

- currículos = disciplinas obrigatórias x optativas

b) fatores relativos aos processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

\* interdisciplinaridade

\* enfoques curriculares

\* procedimentos didáticos

\* interação teoria-prática; integração das atividades de pesquisa e extensão às práticas curriculares

c) fatores relativos aos resultados alcançados do ponto de vista do perfil do formando, tais como:

\* importância e competência para o desempenho da profissão.

\* capacidade de análise e crítica.

d) fatores relativos à formação de profissional crítico habilitado a atender as exigências de contexto social, tais como:

\* envolvimento do aluno em projetos de pesquisa, extensão e culturais, durante sua formação curricular e as condições criadas para tal

\* condições e perspectivas do mercado de trabalho

\* demandas gerais da sociedade.

## 2. METODOLOGIA

A implantação e o desenvolvimento do projeto envolvem: uma estratégia compreendendo as dimensões interna e externa da avaliação que se inspira em um dossiê técnico compreendendo os aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada.

A **avaliação interna** é concebida como retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, do trabalho realizado pela instituição, com participação de professores, alunos e funcionários, cotejando o diagnóstico técnico com os resultados da auto-avaliação, gerando um projeto de desenvolvimento acadêmico com o qual a comunidade universitária se sinta identificada e comprometida.

A **avaliação externa** é concebida como oportunidade crítica em que pares acadêmico-científicos, sociedades científicas, conselhos profissionais, autoridades patronais, entidades de trabalhadores, egressos e outras organizações não governamentais participam do exame da prática universitária, com vistas à formulação e o acompanhamento de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras.

Em vista disso, será necessário instalar ou acionar um sistema de coleta de informações qualitativas e quantitativas, descentralizado, ágil e preciso, com dados relevantes para efeitos de diagnóstico, controle e autoconhecimento. E ainda estes dados necessitam de um “olhar” crítico e qualitativo, que permita questionar os dados quantitativos, reconhecer diferenças, valorizar aspectos específicos, analisar e explicar fenômenos, enfim, atribuir sentido acadêmico e pedagógico aos dados coletados.

Para organização e desenvolvimento do processo avaliativo, propõe-se a constituição de uma Comissão de Avaliação para coordenar os trabalhos, a critério de cada IFES. Tal comissão deve ter composição diversificada de forma a garantir a indissociabilidade da ação da Universidade, contemplando, preservada a deliberação de suas instâncias superiores, a participação dos segmentos acadêmicos, de especialistas e de setores profissionais e sociais já mencionados.

Neste contexto, uma proposta metodológica para a avaliação do ensino de graduação envolve, essencialmente, três etapas: **diagnóstico**, **avaliação interna** e **avaliação externa**. A implementação de tais etapas deverá ser feita segundo as características de cada instituição universitária, não podendo, no entanto, restringir-se ao diagnóstico. Da mesma forma, ações e decisões preliminares, derivadas de resultados de avaliação, poderão ser desenvolvidas ao longo do processo.

## 3. DIAGNÓSTICO

Para o desenvolvimento do projeto de avaliação da graduação, em qualquer uma das suas dimensões, é necessária, como ponto de partida, a existência de um conjunto comparável de informações que permitam o diagnóstico da situação em estudo, seja ela global ou parcial. Os dados serão correlacionados de forma a gerar indicadores e inferências para as avaliações interna e externa.

É importante reafirmar que os dados devem contemplar, além dos aspectos diretamente associados à graduação, outras dimensões que possibilitem a análise da graduação dentro de uma perspectiva institucional. Neste sentido, dados como programas acadêmicos (Iniciação Científica, Monitoria, etc.), atividades de extensão envolvendo alunos de graduação, entre outros, devem estar disponíveis.

Alguns indicadores específicos do ensino de Graduação devem ser acrescentados aos indicadores institucionais, já apresentados, para permitir contemplar as especificidades deste nível de ensino e subsidiar sua avaliação interna e externa. (vide Anexo IV)

#### **4. AVALIAÇÃO INTERNA**

A avaliação interna consiste em um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto-avaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de indicadores e inferências, a universidade possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma. Nesta etapa a participação de professores e alunos é fundamental.

##### **a) Avaliação de cursos**

Para desenvolver esta perspectiva é necessário considerar três conjuntos de elementos:

\* **Condições:** corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectivas utilizadas na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de iniciação científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral.

\* **Processos:** interdisciplinaridade, formação interdisciplinar, institucionalização, qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de graduação (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, (orientação/supervisão); avaliação de aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação universidade/sociedade.

\* **Resultados:** capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades/tarefas típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado de trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em pós-graduação/concursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

##### **b) Avaliação de disciplina**

A organização do trabalho pedagógico abrange:

Objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infra-estrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas).

##### **c) Avaliação do desempenho docente**

O desempenho docente implica:

Desempenho científico-técnico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, interrelação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese, solu-

ções alternativas) e artístico-cultural nas áreas pertinentes; desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos/bibliográficos); aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos.

**d) Avaliação do estudante**

O desempenho estudantil expressado em base acadêmica, participação, formação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral.

**e) Avaliação do desempenho técnico-administrativo**

**f) Avaliação da gestão universitária**

## **5. AVALIAÇÃO EXTERNA.**

No âmbito institucional, a avaliação externa introduz um componente novo e desafiador que se articula com os demais aspectos da avaliação. Requer, tanto dos avaliadores externos quanto da comunidade acadêmica, capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação. Tem o papel complementar à avaliação interna e alicerça-se em dois pilares:

\* auto-avaliação da Instituição

\* análise da Comissão Externa

São avaliadores externos profissionais com alta titulação e/ou experiência relevante, representados os pares acadêmico-científicos, entidades profissionais de trabalhadores e de empregadores, egressos, associações científicas, etc.

A avaliação externa envolve os seguintes aspectos:

**a) corpo docente:** titulação, regime de trabalho, carga didática, produção acadêmica e seu impacto no ensino de graduação, rotatividade, endogenia, existência de pós-graduação e seu benefício à graduação, política de capacitação docente;

**b) corpo técnico-administrativo:** número, capacitação, adequação aos cursos;

**c) corpo discente:** oportunidades de pesquisa, bolsas, etc.;

**d) infraestrutura:** bibliotecas, laboratórios, oficinas, ateliers, escritórios, consultórios, outros espaços relacionados aos cursos de graduação;

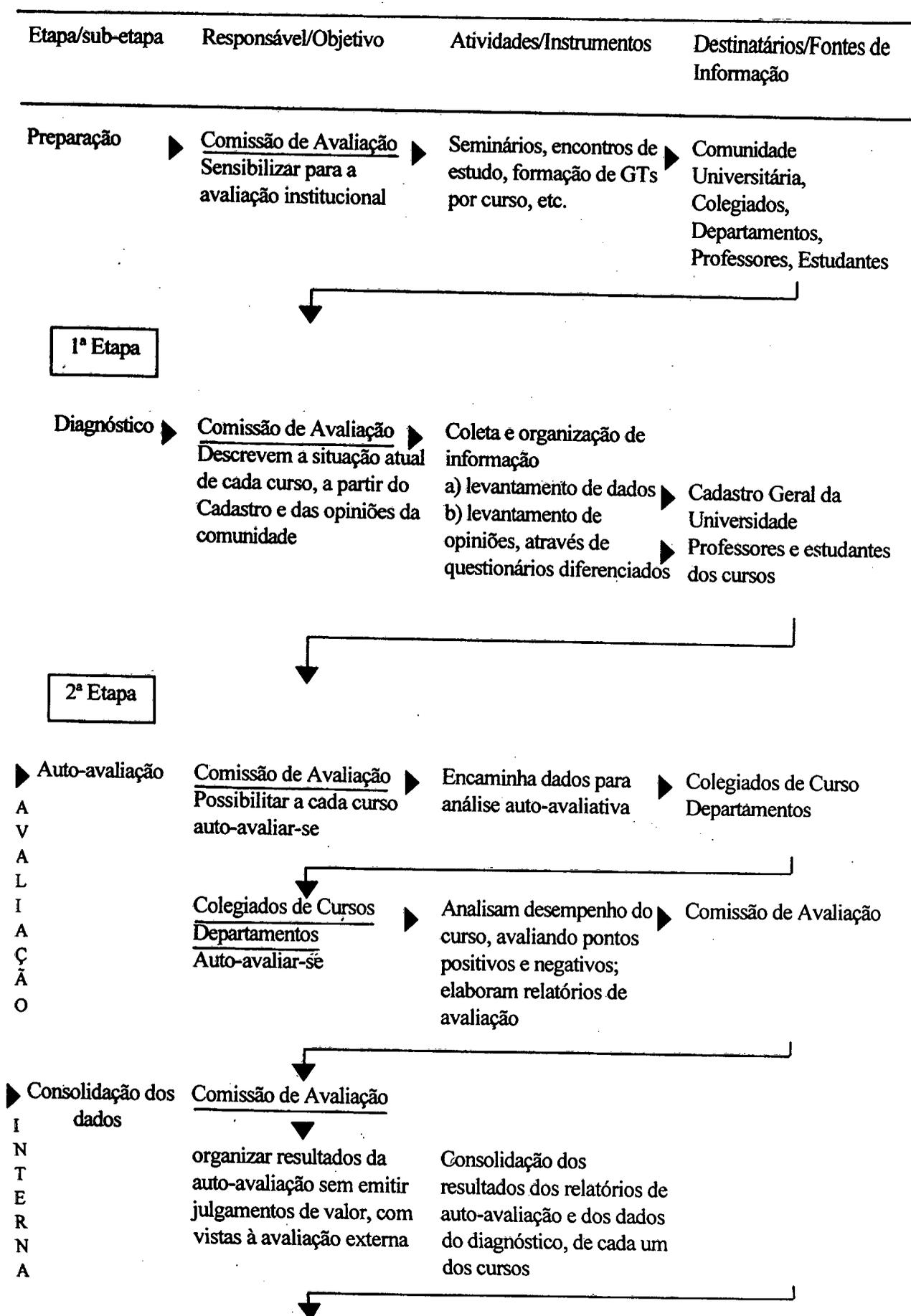
**e) análise dos currículos dos cursos de graduação;**

**f) mercado de trabalho:** situação atual e tendências; frentes alternativas; áreas de trabalho potencial na região de influência da IES;

**g) outros aspectos:** relativos a especificidades institucionais, regionais, inclusive aspectos conjunturais, tais como padrões salariais, greves, que possam afetar motivação e desempenho de estudantes e professores.

**h) estudos de acompanhamento de egressos.**

## 6. ROTEIRO SUGESTIVO DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO



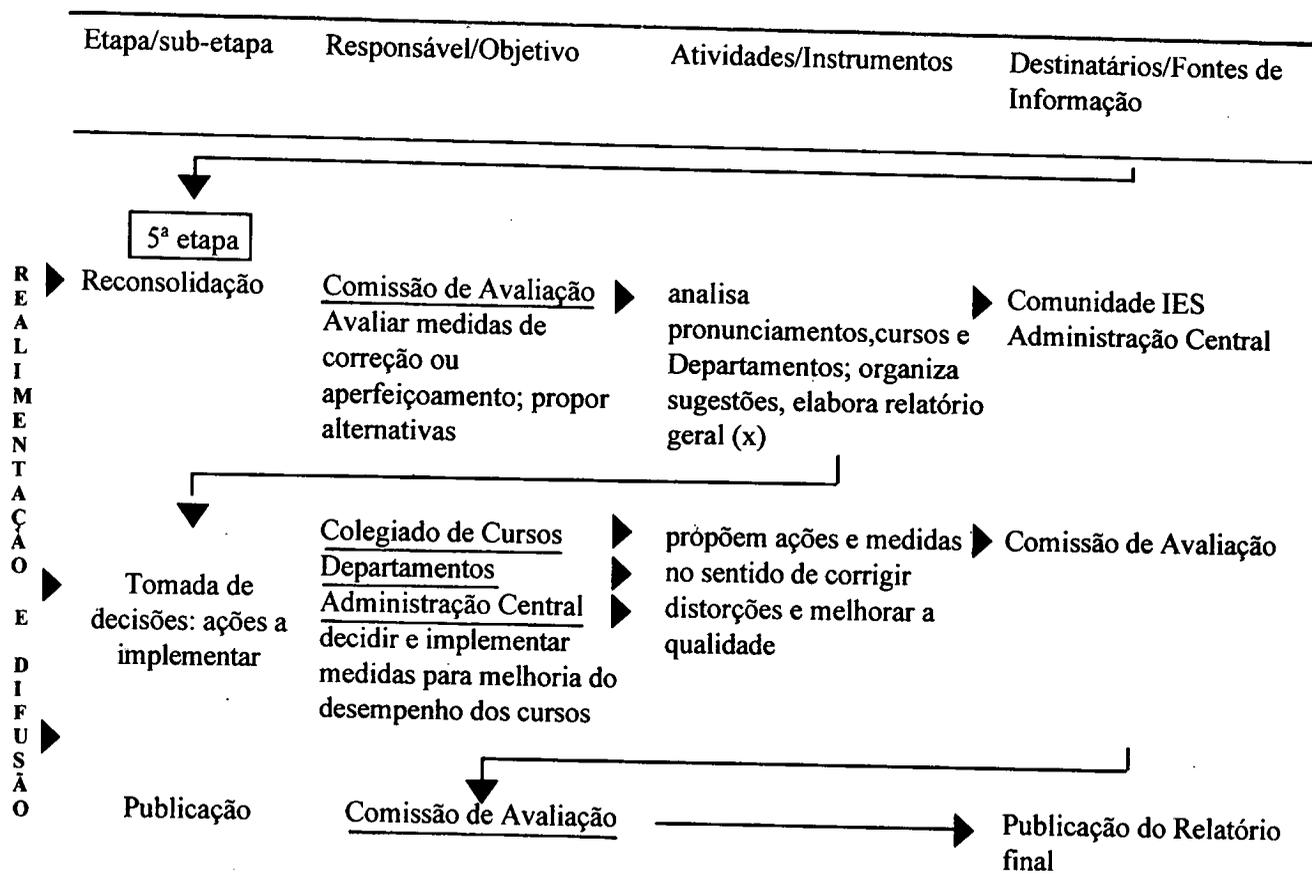
Etapa/sub-etapa	Responsável/Objetivo	Atividades/Instrumentos	Destinatários/Fontes de Informação
-----------------	----------------------	-------------------------	------------------------------------

**3ª etapa**

<b>A V A L I A Ç Ã O  E X T E R N A</b>	▶ <b>Preparação</b>	<u>Comissão de Avaliação</u> Implementar avaliação externa	▶ Indica comissão de avaliação externa; organiza processo e roteiros; encaminha relatório, incluindo diagnóstico e auto-avaliação	▶ Comissões externas
	▶ <b>Realização</b>	<u>Comissões Externas</u> Avaliar cursos IES	▶ Analisam dados, Complementam informações junto aos cursos, emitem julgamentos através de relatórios	▶ Comissão de Avaliação

**4ª etapa**

<b>S I S T E M A T I Z A Ç Ã O  E  T O M A D A  D E  D E C I S Ã O</b>	▶ <b>Organização de dados</b>	<u>Comissão de Avaliação</u> organizar e divulgar avaliação dos cursos	▶ Organiza conjunto de dados: diagnóstico, avaliação interna e externa de cada curso; prepara relatório geral da IES, por curso, descrevendo processo avaliativo e destacando os pontos para análise e discussão pelos cursos		
	▶ <b>Divulgação</b>	<u>Comissão de Avaliação</u> divulgar internamente conjunto de resultados da avaliação	▶ divulga relatório geral a todos os cursos objetos de avaliação	▶ Colegiados de cursos Departamentos Organismos estudantis (representações de curso)	
	▶ <b>Discussão e reflexão</b>	<u>Colegiados e Departamentos</u> <u>Conselhos Superiores</u>	▶ examinam relatório geral, determinam medidas em seu âmbito de decisão;	▶ Comissão de Avaliação	



(x) Obs. No relatório geral da Universidade, a Comissão de Avaliação emitirá comentário analítico sobre cada curso, apontando convergências e divergências entre auto-avaliação e avaliação externa e sugerindo pontos que merecem a atenção dos responsáveis pelos cursos. A estratégia de reencaminhar aos responsáveis pelos cursos o relatório geral permite que cada curso se perceba no conjunto da Universidade, e, ao mesmo tempo, verifique como é percebido na comunidade externa.

## IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento integrou de forma articulada a contribuição cooperativa de especialistas representativos das IFES e enriqueceu-se com a contribuição da Plenária da ANDIFES, em Florianópolis, e com a discussão nas instituições federais de ensino superior, tornando-se o documento de referência da Avaliação Institucional, no País. Adotado posteriormente pela Comissão Nacional de Avaliação, em decorrência da aceitação de sua concepção e metodologia pelo conjunto das instituições de ensino superior do País, o documento da ANDIFES contribuiu decisivamente para a passagem de uma cultura de resistência à Avaliação ao reconhecimento de sua importância crucial na melhoria qualitativa de suas atividades-fins, no planejamento e na gestão universitária e na prestação de contas à sociedade.

Embora não pretenda ser um projeto fechado que iniba a criatividade das instituições, em respeito às suas peculiaridades, a filosofia da avaliação adotada com suas diferentes etapas (diagnóstico, avaliação interna e externa), visa tornar-se um processo contínuo que se realimenta pela avaliação anterior, aprofundando e diversificando suas ênfases. Espera-se que a generalização do processo de avaliação o torne irreversível e que seus resultados no interior das Universidades produza os efeitos desejados no avanço da qualidade acadêmica e venha a contribuir para que as universidades públicas possam atingir novos patamares na busca permanente da excelência em todos os campos do saber.

# ANEXO I

## ORIENTAÇÃO QUANTO ÀS VARIÁVEIS

Para construir a base de dados necessários ao estabelecimento dos indicadores, é fundamental esclarecer o significado das principais variáveis relativas às atividades universitárias, as quais deverão ser especificadas segundo a natureza da instituição (pública, privada, confessional, comunitária). Na presente proposta de avaliação das IES, tais variáveis anuais são preliminarmente assim definidas:

### 1) ALUNO

1.1. Aluno da Instituição (AI) - Alunos ativos, matriculados, nos diferentes níveis de ensino: 1º e 2º graus, graduação, especialização ou aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. Especificar início e final de semestre.

1.2. Aluno de Graduação (AG) - aluno ativo, matriculado em ao menos uma disciplina no semestre e aluno com matrícula trancada, de acordo com o Regimento.

1.3. Aluno de Tempo Integral (ATI) - aluno ativo, cursando, no mínimo, 24 créditos por semestre. (conclusões no semestre)

#### Observações:

a) Na classificação dos dados referentes ao alunado, é importante discriminar e quantificar as diferentes categorias ou níveis de ensino. No caso de se julgar oportuno incluir os alunos de cursos de extensão, deverá-se procurar uma medida de aluno equivalente que possa compará-los com os demais alunos. A sugestão que se faz é a seguinte:

\* obter a informação sobre os cursos de extensão no que se refere ao número de alunos e carga-horária do curso;

Exemplo: Curso de Arranjo Floral - 10 alunos - 60 h.aula de curso,

\* fazer a equivalência com o aluno ATI correspondendo a 720h.aula por ano.

Continuação do Exemplo:

$$0,83 = \frac{10 \times 60}{720}$$

desta forma os 10 alunos do curso de extensão equivaleriam a 0,83 alunos de graduação.

b) número de alunos de pós-graduação deve ser discriminado por tipos de curso: especialização, mestrado, doutorado.

c) Igualmente deve ser observado que, para alguns indicadores, a variável

Aluno da Instituição deve ser ponderada em função do nível de ensino. Sugere-se a seguinte ponderação: 1º e 2º graus (peso 0,5), graduação (peso 1,0), especialização (peso 1,5), mestrado (peso 2,0) e doutorado (peso 3,0).

**2) INGRESSANTE** - significa o aluno que ingressa na Universidade a cada ano através de todas as formas de acesso previstas na legislação e nos Regimentos:

- a) ingresso por Concurso Vestibular
- b) transferências de outras IES - compulsória e voluntária
- c) readmissão (alunos afastados)
- d) reingresso (já diplomados em outro curso)

**3) DIPLOMADO ou CONCLUINTE** - aluno que conclui, a cada ano, seu ciclo de estudos, nos diferentes níveis de ensino.

**4) DOCENTE** - professor em efetivo exercício docente. Os dados devem permitir identificar os professores do quadro permanente, os professores substitutos e os visitantes, assim como por titulação, categoria funcional e regime de trabalho (20h, 40h e 40h com DE).

4.1. Docente Equivalente em Tempo Integral (DTI) - expressa o número equivalente de docentes em tempo integral.

$$\text{DTI} = \text{número de docentes em DE} + \text{número de docentes em 40h} + 1/2 \times (\text{número de docentes em 20h})$$

**Nota:**

- 1) - Dois docentes em 20h equivalem a um docente de 40h;
- 2) - Especificar o número de professores em regime de hora-aula, nas IES que ainda adotem este sistema.

**5) FUNCIONÁRIO** - número total de funcionários técnico-administrativos, discriminados por nível - NA (apoio), NM (médio) e NS (superior) envolvidos diretamente nas atividades-fim e nas atividades-meio da Universidade;

Observação: Deve ser indicado separadamente, no conjunto de dados, o número de funcionários de Hospitais, Museus, Gráficas, Editoras, Rádio e TV, Fazendas e obras (temporárias ou não). É desejável que se passe a distinguir os funcionários entre administrativos e técnicos.

**ÁREA CONSTRUÍDA** - total de m<sup>2</sup> de superfície construída, de um ou vários campi, especificando salas de aula e auditórios, laboratórios, oficinas, ateliers, bibliotecas, CPDs, fazendas, hospitais, ambulatórios, creches, complexo desportivo, restaurantes universitários, áreas comunitárias, complexo cultural (teatros, cinemas, rádio, TV, museu), serviços (correios, farmácia, livraria, lanchonetes), áreas urbanizadas, áreas alugadas de terceiros pelas universidades, parque

gráfico, infraestrutura (garagens, oficinas de manutenção, marcenarias), etc.

6.1. Área construída por tipo de atividade desenvolvida.

**7) ACERVO BIBLIOGRÁFICO** - número de títulos e de periódicos de todas as bibliotecas existentes na instituição.

**8) PRODUÇÃO ACADÊMICA** - produção técnica, científica, artística e cultural discriminada segundo caracterização de produção acadêmica utilizada pela CAPES.

**9) TEMPO DE CONCLUSÃO DO CURSO** - avaliado em função do tempo médio de duração dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades. Na falta de uma metodologia mais apurada, considera-se o valor de 5 (cinco) anos como tempo médio de duração, para todas as IES.

**10) VOLUME DE RECURSOS ALOCADOS:** (a apresentação destas variáveis deverá considerar as peculiaridades dos diferentes tipos de instituições).

i) Recursos de Tesouro (valores constantes em padrão monetário comum)

\* Pessoal - Para este item destacar do total:

a) pessoal dos Hospitais

b) inativos e pensionistas

\* OCC - Para este item destacar do total:

a) benefícios (vale-transporte, vale-refeição)

b) novos investimentos (construções e equipamentos)

c) gastos em manutenção

ii) Recursos próprios - Para este item destacar do total as fontes e as destinações:

a) convênios e projetos (institucionais e individuais)

b) subsídios

c) gastos com investimento

d) manutenção

e) pessoal

**Nota:**

1) - As IES organizadas em estrutura multi-campi devem apresentar seus dados de modo a permitir a identificação de cada um dos campi.

2) - As IES que possuem Laboratórios, Farmácias, Fazendas, Hospitais e outros centros de custos/atividades devem apresentar seus dados de forma a considerar estas particularidades.

3) - As atividades de extensão devem ser destacadas.

## ANEXO II

### INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO

**1) ALUNO / DOCENTE** - indica a taxa de utilização de recursos docentes da instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e o número total de professores. (Usar os 3 tipos de aluno: AI, AG e ATI, já descritos)

**2) ALUNO / FUNCIONÁRIO** - indica a taxa de utilização do pessoal de apoio da Instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e o número total de funcionários. (Usar os 3 tipos de alunos: AI, AG e ATI, já descritos)

**3) FUNCIONÁRIO / DOCENTE** - indica a distribuição do pessoal de apoio em relação aos recursos docentes e representa a relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes nos cursos de graduação, a cada ano, consideradas todas as formas de acesso à instituição.

**4) DIPLOMADO NA GRADUAÇÃO / INGRESSANTE** - indica a taxa de sucesso na graduação e representa a relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes nos cursos de graduação, a cada ano, consideradas todas as formas de acesso à instituição.

**5) TESE (OU DISSERTAÇÃO) / INGRESSANTE** - indica a taxa de sucesso na pós-graduação “strictu sensu” e representa o número total de teses e dissertações aprovadas e o número total de ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado.

**6) CONCEITO DO MESTRADO (CM)** - representado pela média ponderada dos conceitos atribuídos pela CAPES aos cursos de mestrado da instituição como indicado:

$$CM = 3A + 2B + 1C - 1D$$

onde: A representa o número de cursos de mestrado com conceito A, B o número de cursos de mestrado com conceito B e assim por diante.

**7) CONCEITO DE DOUTORADO (CD)** - construído e interpretado de maneira idêntica ao Conceito de Mestrado.

**8) ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE (ITCD)** - representado pela média ponderada das titulações acadêmicas dos docentes como indicado:

$$\text{ITCD} = \frac{5D + 3M + 2AE + G}{D + M + AE + G}$$

onde: D representa o número de docentes com o grau de doutor, M o número de docentes não doutores, mas portadores do grau de mestre, AE o número de docentes que não são nem doutores nem mestres, mas concluíram cursos de especialização ou aperfeiçoamento e G o número dos docentes que, além do diploma de graduação, não apresentam nenhuma das titulações mencionadas.

**9) PRODUÇÃO ACADÊMICA / DOCENTE** - indica a taxa da produção acadêmica docente. Para o cálculo da produção acadêmica será respeitada a caracterização estabelecida pela CAPES.

**10) DOCENTE DE / DOCENTE** - indica o potencial docente envolvido em pesquisa e representa a relação entre o número de docentes em dedicação exclusiva e o número total de docentes.

**11) DOCENTE EM 40H / DOCENTE** - indica opção institucional para o perfil docente e representa a relação entre o número de docentes em 40h sem DE e o número total de docentes.

**12) (SUBSTITUTO + VISITANTE) / DOCENTE** - indica a participação do docente temporário nas atividades acadêmicas na instituição e representa a relação entre o número de professores substitutos e visitantes e o número total de docentes.

**13) DOUTOR / (TITULAR + ADJUNTO)** - indica o rigor da progressão funcional docente e representa a relação entre o número de docentes doutores e o número total de professores titulares e adjuntos da Instituição.

**14) (DOCENTE + FUNCIONÁRIO) / (FG + CD)** - indica o nível de dispêndio e o peso da estrutura gerencial da instituição e representa a relação entre o número de docentes e funcionários e o número total de funções gratificadas, cargos de direção e outras gratificações por funções técnicas ou administrativas.

**15) ÁREA CONSTRUÍDA / (ALUNO + FUNCIONÁRIO + DOCENTE)** - indica a racionalização do espaço físico e representa a relação entre a área construída em m<sup>2</sup> e o número de alunos, funcionários e docentes da instituição.

**16) ACERVO BIBLIOGRÁFICO / ALUNO** - indica a possibilidade de acesso do

aluno a livros e periódicos das bibliotecas e representa a relação entre número de títulos e periódicos e o número total de alunos.

**17) CUSTO POR ALUNO** - expresso pela relação entre volume de recursos alocados (subtraindo os recursos destacados na definição da variável) e o número de alunos. O número de alunos deve ser ponderado conforme explicitado no Anexo I, para graduação e pós-graduação, em nível de desagregação possível.

Observação: Definições precisas e já bastante discutidas, a nível nacional, encontram-se no Manual do Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior MEC, junho/89. O software deste modelo já está disponível nas IFES.

## ANEXO III

### INDICADORES RELATIVOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

**1) TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG)** - indica a capacidade da instituição de levar seus alunos a concluir com sucesso seus cursos e considera os formandos em relação a todos os tipos de ingressantes, a cada ano.

$$\text{TSG} = \frac{\text{Número de Diplomados}}{\text{Número Total de Ingressantes}}$$

**2) TAXA DE OCIOSIDADE (TO)** - expressa o nível de preenchimento de vagas ofertadas no vestibular e o conseqüente grau de ociosidade existente no ensino de graduação.

$$\text{TO} = \frac{\text{Número de vagas preenchidas}}{\text{Número total de vagas oferecidas}}$$

**3) ALUNO TEMPO INTEGRAL (ATI)** - representa o número de alunos da instituição caso todos estivessem cumprindo 24 créditos por semestre.

$$\text{ATI} = \frac{\text{somatório do produto do n}^\circ \text{ de alunos de cada disciplina pelo n}^\circ \text{ de créditos da disciplina}}{24 \text{ créditos}}$$

**4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)** - expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade de integralização curricular. Compara o número de alunos em tempo integral (ATI) com o número total de alunos ativos.

$$\text{GPE} = \frac{\text{ATI}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos}}$$

**5) TAXA DE RETENÇÃO DISCENTE (TRD)** - Expressa a permanência dos estudantes na IES. Refere-se ao número de formandos, ponderado pelo tempo médio de conclusão (integração curricular) em relação ao total de alunos.

$$\text{TRD} = \frac{\text{produto do nº de formandos por ano pelo tempo médio}}{\text{Nº total de alunos}}$$

**6) TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS ACADÊMICOS (TPPA)** - expressa o esforço institucional em oferecer aos alunos de Graduação oportunidades de iniciação à pesquisa e outras atividades adicionais à sua formação. Considera o número de bolsas de monitoria, iniciação científica, extensão, etc., em relação ao número total de alunos ativos.

$$\text{TPPA} = \frac{\text{número total de bolsas}}{\text{total de alunos}}$$

**7) CUSTO POR ALUNO DE GRADUAÇÃO (CG)** - Os modelos concebidos para estimativas de custos apresentam limitações que impedem a opção definitiva por um deles. Para superar a dificuldade parece razoável explicitar hipóteses e supostos presentes e explorar a utilização de mais de uma possibilidade, conforme o tipo de análise que se busque fazer. Além do custo-aluno global, apontado anteriormente, deve-se estimar um custo-aluno-graduação.

Custo-aluno-graduação - aquele em que se busca aproximar o custo direto do aluno de graduação.

$$\text{CG} = \frac{\text{Custo Pessoal Docente} + \text{Custo Pessoal} + 1 / 40\text{CC}}{\text{Nº total de alunos}}$$

onde:

Custo Pessoal Docente: é o custo da carga horária de Graduação (onde o custo de carga horária equivale ao valor da hora-média do salário docente multiplicado por 2, visando contemplar as atividades presenciais e as preparatórias e avaliativas.

Custo Pessoal Técnico e Administrativo: poder-se-ia inicialmente considerar este valor como sendo equivalente a 30% do Custo de Pessoal Docente. É possível aperfeiçoar este critério levando-se em conta a relação real aluno/funcionário envolvido em atividades de graduação.

Observação: Vide observação no item 17 dos Indicadores Institucionais.

## **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO / ANDIFES**

### **Participaram das reuniões preparatórias à elaboração deste texto:**

Hélgio Trindade - UFRGS - Presidente  
Ana Luiza Costa - CEFET / RJ  
Fernando Menezes Campello de Souza - UFPE  
Isaura Belloni - UnB  
Jacques Schwartzman - UFMG  
José Angelo Belloni - UnB  
José Haim Benzecry - UFRJ  
Marlene Rodrigues Medeiros Freitas - UFPA  
Merion Campos Bordas - UFRGS  
Neide Fernandes Monteiro Veras - UFCE  
Sandra Escovedo Selles - UFF  
Selma Dias Leite - UFPA  
Wanda Goular Alcântara - UFF

### **Representantes de Fóruns de Pró-Reitores convidados a integrar a Comissão:**

Graduação: Roberto Fernando de Sousa Freitas - UFMG  
Extensão: Julio Wiggers - UFSC  
Planejamento / Administração: Wrana Panizzi - UFRGS  
Pesquisa e Pós-Graduação: Carlos Roberto Antunes dos Santos - UFPR

### **Responsáveis pela versão final deste texto:**

Hélgio Trindade - UFRGS - Presidente  
Fernando Menezes Campello de Souza - UFPE  
Isaura Belloni - UnB  
José Haim Benzecry - UFRJ  
Merion Campos Bordas - UFRGS  
Roberto Fernando de Souza Freitas - UFMG

